

País, à custa de sacrifícios da Nação Brasileira, as lutas hegemônicas do bicentrismo decisório mundial.

Não podemos e não devemos servir de instrumentos de experimentação das idéias ou de forças, como cobaias.

Os exemplos que se repetem no mundo são chocantes, e evidentes, por mais que se disfarcem os objetivos.

A triste e caótica situação sócio-político-econômica de países tradicionais ou emergentes mostra, à saciedade, que se estamos a procurar o bem-estar do nosso povo não há como admitir os confrontos indiretos em nossa terra, sob pena de permitirmos a fuga da oportunidade de nos afirmarmos, com as nossas características próprias, no policentrismo universal que se vislumbra no horizonte da História.

Vivemos o grande e difícil momento da nossa nacionalidade.

Cabe a todos os brasileiros, embora divergindo dos caminhos, dentro da pluralidade democrática, a responsabilidade comum de preservar o nosso futuro.

A História não nos desencoraja deste nobre intento.

A grande revolução em que se constituiu a abolição da escravatura, foi realizada aqui, à base de lágrimas, enquanto alhures, debaixo de sangue.

Dai o posicionamento contra todas as formas e fórmulas para solução de nossos problemas que não se ajustem ao nosso, "ser como os nacionais".

Tudo o nosso evoluir histórico mostra que podemos alcançar os ideais mais nobres, dentro de nosso pacífico modo de ser. E temos avançado muito, ainda que muito nos falte avançar.

As nossas leis trabalhistas e o sentido que se dá à nossa Previdência Social são indícios de progresso evidente. Talvez seja o motivo pelo qual nos constituímos, ainda, num mar em calma, como exceção, nos encapnelados oceanos em que a desordem vem transformando toda a terra.

Tudo isto, basilamente, está no espírito, no modo de ser do nosso povo, paciente e pertinaz, com poder divinatório de não se deixar embair pelas cassandras ou pelos falsos profetas.

Antecipemo-nos ao atendimento consistente e cristão das prementes necessidades deste povo de tantas virtudes.

Não incitemos os mais carentes à luta. Basta-lhes a luta pela sobrevivência. Cuidemos de que ou sabemos usar o poder ou seremos por ele destruídos. Melhor será contribuir sensatamente para o progresso, construindo, sobrevivendo.

Criemos os nossos modelos, à nossa moda, sob as bênçãos de Deus, a começar pelo Político.

Lembre-mo-nos, de princípio, de que nada é mais constrangedor para o homem do nosso tempo do que a imposição da hegemonia das idéias com o respaldo da força e da solécia.

Criemos a nossa democracia, que não será "uma democracia imatura; inerme e incapaz de sua autodefesa". Queremo-la aguerrida, ajustada ao nosso povo e ao nosso tempo.

Busquemos o aperfeiçoamento do nosso modelo econômico, que já nos assegurou grandes progressos e nos permitiu suportar o impacto, amortecendo-o, da violenta crise em que se debate o mundo.

Que haja a livre iniciativa. É a melhor opção para o momento. Mas que tenha o Governo o controle e os instrumentos ne-

cessários à preservação dos interesses maiores de toda a comunidade nacional, para que o Estado e o povo sejam fortes.

Elejamos o nosso modelo social calcado nos ensinamentos de Cristo, onde todos tenham o mesmo teto e o mesmo pão. Onde todos tenham as mesmas oportunidades, em igualdade de condições, onde haja ordem, como condição primordial para a existência da liberdade.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas idéias oferecidas à crítica de nossos pares.

Só nos resta, ao final desta nossa modesta fala, relembrar que somos todos, igualmente, responsáveis pela construção do futuro.

Durante o discurso do Sr. Vasco Neto, o Sr. Célio Borja, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pinheiro Machado, 3º-Secretário.

Durante o discurso do Sr. Vasco Neto, o Sr. Pinheiro Machado, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ubaldo Barem, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ubaldo Barem) — Nos termos do inciso II do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Marcelo Gato, na qualidade de Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. MARCELO GATO (MDB — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, corria o mês de novembro de 1972. Pela benevolência de companheiros da Faculdade de Direito de Santos, eu era escolhido orador oficial da turma daquele ano. Ao preparar o discurso que faria na solenidade, amigos e colegas me diziam: "Cuidado; é preciso muito cuidado. Fale de flores, de amor, de poesia, mas cuidado, escolha a poesia certa. Cuidado; é preciso cuidado com o que vai dizer". Mas cumpri o meu dever. Falava para um auditório de formandos, de bacharelandos em Direito. Falei de Justiça, de Direito, de *habeas corpus*, de Constituição, enfim, de Democracia.

Em 1972 havia clima de espanto, de perplexidade — e por que não dizer — de medo. Mas cumpri o meu dever. Falei daquilo que a minha consciência me obrigava e me mandava falar. Hoje, novembro, também há incerteza, intranquilidade — e por que não dizer — medo.

Sr. Presidente, sempre julguei, nesses momentos mais difíceis, ser do nosso dever e da nossa obrigação ter um pouco de serenidade. Contudo, não nos incorporamos àqueles que têm medo. Não faltamos ao nosso dever de coragem. Não somos líbios nem pusilânimes.

Mas, realmente, há um vento de incerteza, carregado de temores, que, hoje, perpassa por toda a Nação, do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste. Sente-se a intranquilidade e a incerteza em todas as camadas da população brasileira. Recentemente vivemos em São Paulo — de lá se espalhou para todo o Território Nacional — o que alguns chamam de tensão e outros de crise. Os substantivos ou os adjetivos poderão ficar ao gosto de cada um. Contudo, houve, realmente, uma crise profunda, que se iniciou com uma escalada de detenções, de prisões, que atingiram todas as camadas e todas as classes: estudantes, advogados, médicos, professores, líderes sindicais, vereadores. Tais fatos culminaram, lamentavelmente, no episódio que sensibilizou a todos os brasileiros, ou seja, o trágico desaparecimento do jornalista Wladimir Herzog. Quando digo que se espalhou esse clima de insegurança não o faço por

ter lido nos jornais ou por ter ouvido a boca de companheiros nesta Casa. Trata-se de uma constatação feita no dia-a-dia do meu Estado, São Paulo, ao ouvir e sentir uma realidade palpável, sempre nesse mesmo diapásio. Dois ilustres amigos — um, da área sindical, outro da advocacia — candidatos a candidatos a vereadores pelo Movimento Democrático Brasileiro, praticamente com suas campanhas na rua, me segredavam: "Estou com medo de ser candidato a vereador. Estou propenso a desistir, porque assim me aconselha e me exige minha família e me dizem os meus amigos: é preciso cuidado."

O Sr. Blota Junior — Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCELO GATO — Com muito prazer.

O Sr. Blota Junior — V. Ex.^a traça, com muita firmeza, um panorama que nós poderíamos denominar de o cuidado no falar e o cuidado com o que falar.

O SR. MARCELO GATO — Eu chegaria lá dentro de alguns instantes.

O Sr. Blota Junior — V. Ex.^a profere, com bastante seriedade — e quero depor neste sentido — um testemunho de ordem pessoal. Aceito-o, porque parte de V. Ex.^a Mas, note como um jogo de palavras às vezes pode nos trair. Quando V. Ex.^a aludiu ao clima de tensão e de intranquilidade por uma constatação objetiva, peço licença para opor o que entendo ser uma constatação subjetiva. É subjetiva por quê? Porque somos ambos do mesmo Estado e vivemos juntos as mesmas horas. Mas lembro a V. Ex.^a que nos mesmos dias aludidos por V. Ex.^a, com viagem há muito tempo marcada para São Paulo, lá compareceu o Sr. Presidente da República. S. Ex.^a cumpriu, rigorosamente nos dois dias em que lá esteve, a programação estabelecida com antecedência de várias semanas pelo cerimonial paulista: inaugurou o Centro dos Comerciantes, visitou a Faculdade de Medicina, andou pelas ruas, participou de recepção onde presentes se encontravam cerca de duas mil pessoas, no Palácio dos Bandeirantes. Vários parlamentares, convidados, inclusive do Partido de V. Ex.^a, lá estiveram. S. Ex.^a atendeu a toda a classe política no Palácio dos Bandeirantes. O Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Leonel Júnior, que muito prezo, se não compareceu, justificou: houve um cochilo lamentável do cerimonial, pois o convite de S. Ex.^a não estava assinado. Este aparte não deve ser mal interpretado. Quero apenas trazer também a minha constatação subjetiva daquilo que poderia ter sido efetivamente uma crise das áreas eventualmente interessadas no acirramento de ânimos. Possivelmente V. Ex.^a e eu teríamos, hoje, razão para temores. Entretanto, tem prevalecido, felizmente para nosso País, não apenas o bom senso, mas o equilíbrio tanto dos homens responsáveis pelo Partido de V. Ex.^a como dos homens responsáveis pelo Partido a que pertencço. Conseqüentemente, fazendo coro com V. Ex.^a de que a Nação haverá de lamentar o infausto desaparecimento do jornalista Wladimir Herzog, sentimos que passamos naqueles dias por um severo teste, mas, afinal, encontramos um ponto de acordo — e não é preciso nem temor nem intranquilidade. Sr. Deputado — de que se as palavras certas forem ditas todas as crises serão superadas. As crises nascem muito mais das palavras erradas nas horas erradas, do que das palavras certas nas horas certas. Creio que hoje V. Ex.^a está iluminado pelo dom de dizer as palavras certas nas horas certas, menos quando se deixa vencer por aquilo que acredita ser objetivo, mas é meramente subjetivo, partido de dentro de

V. Ex.^a para os acontecimentos e não dos acontecimentos para V. Ex.^a

O SR. MARCELO GATO — Agradeço a V. Ex.^a alguns elogios que fez a este seu colega de São Paulo.

Estou ciente, nobre Deputado, de que deve haver responsabilidade séria em nossas palavras, para que estas, que também se podem perder ao vento, não venham a ser transformadas em estopim de crise. Por isso falo de mãos limpas e de alma limpa, sem nenhum sentido de transmitir qualquer conotação de rancor, de ódio ou de desespero. Quanto à abordagem que faz V. Ex.^a do sentimento que recolheu em São Paulo, não há contradição entre o que digo e o que diz V. Ex.^a Para o mesmo fato, para a mesma circunstância, as testemunhas, às vezes, são bastante diferentes. E V. Ex.^a sabe que, quando se estuda a questão da psicologia da testemunha, se entra por esse campo. Mas recebo a observação de V. Ex.^a

É verdade que o Presidente Ernesto Geisel, em São Paulo, numa visita programada com bastante antecedência, encontrou um ambiente que a S. Ex.^a não foi hostil, nem lhe foi manifestado. Poderá o Sr. Presidente da República constatar também que uma das bases da crise criada, na manifestação de algumas autoridades de segurança, significava uma escalada da subversão que precisava ser contida e combatida com as mesmas armas. Ora, quanto a haver a escalada de subversão de que nos fala inclusive o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, com a opinião do Sr. Secretário de Segurança de São Paulo, creio eu, tem razão o Sr. Presidente da República, têm razão as autoridades, para concluir que não havia algo que pudesse ser chamado de "escalada de subversão" que justificasse uma "escalada de repressão", como a que se vem verificando em nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recolho do jornal *O Estado de São Paulo*, de hoje — e outros jornais perfilham as mesmas conclusões — notícia da Sucursal de Brasília, que diz:

"Ao analisar os fatos que culminaram com os momentos de tensão vividos em São Paulo, na semana passada, o assessor de Imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, destacou ontem a importância do trabalho da imprensa e a compreensão dos meios políticos e da opinião pública.

Em conversa informal com os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, Humberto Barreto informou que o País voltou à tranqüilidade, que não existem motivos para novas tensões e que o que sobrou da crise paulista foi "o grande exemplo de maturidade e responsabilidade dos jornais e dos políticos."

Concordo. Tenho a convicção de que a agudeza da crise que vivemos em São Paulo, o mar revolto em que se navegava naqueles dias, realmente amainou. A borrasca passou. O que me preocupa — e aqui não concordo com o Sr. Secretário de Imprensa do Sr. Presidente da República — é que não existam motivos para novas tensões. Daí a maior preocupação destas mal alinhavadas palavras, e uma das razões principais por que venho debater aqui no Parlamento. A experiência pessoal, a experiência — creio eu — de todos os Deputados e de cada um acostumado às dificuldades a serem enfrentadas sempre que têm alguma responsabilidade na vida pública, leva à conclusão de que, nos momentos de crise, nos momentos mais difíceis é que, por uma lei natural, somos remetidos para dentro

de nós mesmos ou para dentro da instituição a que servimos, para momentos profundos de reflexão e meditação. É o momento em que se aprofunda a análise das circunstâncias, das causas do fenômeno. Não é quando tudo está em tranqüilidade, quando tudo são sorrisos e flores que o homem é levado às mais altas indagações. É muito mais naqueles momentos em que ele é testado, em que ele é colocado frente a frente com o perigo ou com a dificuldade, que ele pára, pensa, reflete e se aprofunda na análise dos problemas.

Daí dizer que é preciso, neste momento da vida nacional, proceder-se a uma análise realista e aprofundada dos problemas do nosso País. É neste momento que devemos ter coragem, que devemos afastar a sensação de medo ou de preocupação. É nestes momentos que temos de agir contrariamente ao que faz o avestruz, que enfia a cabeça no buraco para não ver o que se passa à sua volta. Nestes momentos é que temos a obrigação de cumprir o nosso dever para com a Nação. É nestes momentos que precisamos ser serenos, sim; mas pusilânimes, não; tíbios, também não; para que, no mínimo, possamos afirmar depois, aos nossos filhos, aos nossos irmãos ou à Nação, serena e tranqüilamente: cumprimos o nosso dever; temos no íntimo a reconfortante sensação de que não fugimos ao dever, que o cumprimos.

Quais as causas da crise que hoje espalha este clima de incertezas? Olhando para o horizonte, vêmo-lo toldado por nuvens negras sempre acumuladas, como uma tempestade prestes a desabar.

Concedo-lhe o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Magnus Guimarães — Nobre Deputado, é válido, de qualquer forma, acrescentar que continuamos na expectativa daquelas medidas governamentais — que por certo haverão de vir — no sentido de punir aqueles que usaram e abusaram das medidas repressivas. Admitidos, é verdade, a existência de tensões e crises e, graças aos céus, soubemos absorvê-las, graças, também, ao comportamento mansueto, maduro e sereno da classe jornalística. Mas creio que as causas não se contêm nessa absorção, como bem disse V. Ex.^a É preciso que parta do Governo Federal uma iniciativa que nos permita concluir que ele está real e efetivamente interessado em coibir e punir aqueles que se excederam nos atos repressivos. Caso contrário, nós, que hoje absorvemos uma crise, amanhã teremos que enfrentar tantas quantas surgirem. Esta é a nossa expectativa e também a nossa preocupação.

O SR. MARCELO GATO — Agradeço a V. Ex.^a Realmente, no bojo da crise econômica, da crise política e da crise social, a análise seria longa e interessante, e concito a todos que a façam.

Não tenho nenhum receio em afirmar que uma das causas determinantes e fundamentais da crise é que não vivemos sob o império da lei. O País vive um estado de exceção, um estado de antidemocracia, com um arremedo de Constituição, com o Ato Institucional n.º 5 e outras leis de exceção que a esta se sobrepõem, transformando em algo aleatório o que a todos deve ser assegurado através da lei. Não acredito que fora da lei haja salvação.

Mesmo o arremedo de Constituição que temos, mesmo este é diuturna e freqüentemente burlado e desrespeitado. No caso, por exemplo, desta onda de repressão em São Paulo, nem a Constituição da República, nem a Lei de Segurança Nacional, nem o Código Penal Militar, nem o Código de Processo Penal Militar foram obedeci-

dos e acatados. A Lei de Segurança Nacional permite enquadrar, se a autoridade assim o quiser, até quem olhar feio para uma autoridade. Todo esse conjunto de leis, que deveria formar a ordem jurídica do País não é acatado plenamente por quem deveria fazê-lo, ou seja, todos nós.

Governantes e governados têm as mesmas obrigações e deveres perante a lei. É o que aprendemos logo que entramos, em qualquer Faculdade de Direito, nos compêndios de Introdução à Ciência do Direito.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Blota Júnior.

O Sr. Blota Júnior — Nobre Deputado Marcelo Gato, preciso reportar-me à outra frase de V. Ex.^a depois do exórdio que fez, quando estabelecia os princípios a respeito do cuidado do falar. V. Ex.^a abordou com muita propriedade essa questão. Efetivamente, nós todos estamos também de acordo com V. Ex.^a, porque muita coisa tem sido dita sem nenhuma responsabilidade, ou sem nenhum cuidado. Mas é evidente que todas as vezes que falarmos com cuidado e assumirmos a responsabilidade pelo que emitirmos, haveremos sempre de estar concordes. Aludiu V. Ex.^a às declarações feitas pelo digno Secretário de Imprensa da Presidência da República e, de certa forma, concordou que os momentos de tensão estavam superados.

O SR. MARCELO GATO — Aqueles da semana passada.

O Sr. Blota Júnior — Mas o que preocupava V. Ex.^a era a eventualidade de que, ainda persistindo motivos para tensões, eventuais crises pudessem sobreviver. Quando V. Ex.^a entendia que a chamada escalada da subversão não justificava proporcionalmente o comportamento da escalada da repressão, um nobre colega, apartando V. Ex.^a, reclamou do Governo Federal medidas no sentido de terminar com essa mesma repressão. Ora, pergunto não mais a V. Ex.^a, mas a S. Ex.^a: como é que deseja que o Governo Federal seja autor de medidas que exatamente o seu Serviço de Segurança está procurando analisar para poder coibi-la? As medidas não podem partir do Governo Federal, senão aquelas mesmas que os dispositivos de segurança precisam exercer. O que nós todos de certa maneira desejamos é que não sejam estabelecidas com exagero.

O SR. MARCELO GATO — Estritamente dentro da lei.

O Sr. Blota Júnior — Mas aí chegamos à nova tese de V. Ex.^a, porque não me parece que esses elementos estão sendo reprimidos, ou agindo de acordo com a lei. Este tem sido sempre um grande pretexto para defender aqueles que pretendem infringi-la. Mas, sempre que alguém pretende desrespeitar a lei, seja a consuetudinária, seja a própria legislação de exceção, a que V. Ex.^a se refere, sempre que alguém se volta contra o próprio regime, que a nossa Constituição determina, que é o que V. Ex.^a deseja, ou o que todos desejamos, sempre que alguém...

O SR. MARCELO GATO — Desejo bem diferente.

O Sr. Blota Júnior — ... se está voltando contra o regime democrático, temos que usar a lei para proteger os que querem subvertê-la; temos que usar a democracia para proteger aqueles que pretendem destruí-la. Sobre esse ponto não consigo encontrar a coerência de V. Ex.^a, porque o Governo Federal precisa manter a lei e a democracia e não usá-la para proteger os que querem infringi-la, ou usar a democracia para aqueles que pretendem destruí-la.

O SR. MARCELO GATO — Ocorre que neste instante a lei é usada fora dela mes-

ma. Não podemos falar em democracia nos seus balzamentos completos, pois V. Ex.^a sabe que não a temos no País. E tanto é verdade que todos os Presidentes da República, durante a Revolução, têm colocado como meta de seus governos restaurar e aperfeiçoar a democracia, como pretendeu o Marechal Castello Branco.

De modo que essa é a lição que posso tirar de tudo isso.

Mas, se em nome do combate à subversão sairmos do império da lei, mesmo daquelas draconianas, de que dispõe o Estado, hoje mesmo elas serão desrespeitadas, hoje mesmo estaremos entrando num beco sem saída, porque toda violência gera violência.

O Sr. Blota Júnior — Foi exatamente o que aconteceu.

O SR. MARCELO GATO — Porque, se não incorporarmos ao atual estágio da vida brasileira as conquistas humanitárias e humanísticas da civilização em sua marcha inexorável para o futuro, estaremos adotando algo que a humanidade já superou. Sei que ninguém aqui aceita essa idéia, porque estaríamos restabelecendo a pena de Talião: o olho por olho, dente por dente. Em breve, não seria apenas o sistema de Talião, mas faríamos a pena voltar a ser transferível da pessoa que cometeu o delito. Por exemplo, se o arquiteto construiu uma casa e esta se esboroasse e matasse o filho de uma pessoa que estivesse lá dentro, mandar-se-ia matar o filho do arquiteto também. Nós estaríamos subvertendo toda a ordem natural, toda a ordem jurídica.

O Sr. Blota Júnior — Como somos contra qualquer subversão, seremos contra esta também.

O SR. MARCELO GATO — Toda a tônica do meu discurso é ser contra a violência.

O Sr. Blota Júnior — Por isso construí a frase no plural: "Como somos contra toda subversão, estamos de acordo e somos contra esta também."

O Sr. Magnus Guimarães — Nobre Deputado Marcelo Gato, nós somos defensores da lei, mas, quanto àquela parte que havia enunciado momentos antes, acredito que tivesse sido mal interpretado, porque continuarei pedindo às autoridades governamentais que reprimam não apenas a escalada da subversão, mas também saibam punir e corrigir os excessos daquelas pessoas investidas de autoridade, para que saibam usar a lei, esta mesma que já existe. Nada mais do que isso. Que não aumentem mais o que já está exagerado. Ai seria até uma ignomínia.

O SR. MARCELO GATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente o tempo está sendo contra aquilo que ainda gostaria de poder dizer. E há muita coisa a ser dita. Fixo pacificamente o seguinte: a segurança tem que ser filha da lei. Segurança coletiva só se consegue quando há segurança individual, quando os instrumentos de garantia dos direitos da pessoa humana são integralmente respeitados, numa palavra, Sr. Presidente, quando o País vive num regime democrático, que é preciso restaurar. Teria ainda algumas considerações a fazer sobre a crise econômico-política e expor mais algumas idéias a respeito do problema institucional brasileiro. Mas V. Ex.^a já me chama a atenção para o encerramento do tempo.

Sr. Presidente, concluo lembrando a vocação democrática do povo brasileiro, comprovada ao longo da nossa História. Todas as conquistas da Humanidade, quando se inserem na consciência do povo, passam a ser direitos, passam a ser algo irremovível. E, sempre que se atenta contra essas con-

quistas, tem-se o retrocesso histórico. E a volta a essa marcha avante, rumo ao grande destino do País, deve, em primeiro lugar, restabelecer aquilo que o retrocesso político em que a Nação mergulhou retirou do povo.

Encerro, Sr. Presidente, afirmando que não perco as esperanças nos homens nem na humanidade e, muito menos, no meu País. Por maiores dificuldades que nós, do MDB, e o povo brasileiro tenhamos pela frente, nossa luta não esmorecerá. O nosso programa partidário, hoje ungido e sacramentado pelo povo, continuará sendo defendido até à vitória final das nossas teses. E eu não me desespero. Não me desespero porque tenho certeza de que a noite pode ser longa, muito longa, escura, tempestuosa, mas por mais que seja escura, fria, tempestuosa e longa, inexoravelmente está em gestação o amanhecer de um dia novo cheio de sol, cheio de luz, cheio de liberdade. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

VII — O SR. PRESIDENTE (Ubaldo Barém) — Vai-se passar ao período destinado às Comunicações das Lideranças.

Tem a palavra o Sr. Cardoso de Almeida

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (ARENA — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, venho à tribuna tratar de assunto de interesse da nossa agricultura no que se refere à produção de fibras animais e vegetais. Foi aprovado em dezembro de 1973, projeto de lei, de minha autoria disposto sobre esse assunto. Posteriormente proposição governamental cuidou de aspecto de grande importância para a cultura de algodão e para o fabrico de lã, de rami, de juta e de outros produtos. Quero dizer à Câmara, nesta hora, que, há quase dois anos, portanto, foi aprovada e sancionada esta lei, mas o Ministério da Indústria e do Comércio, a quem cabe baixar a regulamentação para que ela seja cumprida, até hoje não o fez. A lei estabeleceu o prazo de 120 dias para entrar em execução, mas ainda não tivemos a mínima manifestação do dirigente dessa Pasta a respeito.

Desta tribuna, por várias vezes, já tenho solicitado ao Ministro da Indústria e do Comércio que regulamentasse esse diploma legal e o faça cumprir. Estranhamente, não obtive resposta alguma. A lei trata da marcação das fibras que compõem o tecido e diz o seguinte:

"Art. 1.º Para fins de industrialização e de comercialização de fibras naturais ou sintéticas, utilizadas em fios, tecidos, confecções e outros produtos têxteis, de procedência nacional ou estrangeira, denominar-se-á:

I — lã, apenas a fibra proveniente da espécie ovina;

II — seda, apenas a fibra proveniente de casulos de insetos sericígenos.

Parágrafo único O Ministério da Indústria e do Comércio definirá, de conformidade com a origem ou natureza, outras fibras utilizáveis em produtos têxteis.

Art. 2.º Em todas as fases de comercialização de matérias-primas e produtos têxteis, será obrigatória a indicação da natureza e porcentagem das fibras, naturais ou sintéticas.

Art. 3.º Competirá ao Ministério da Indústria e do Comércio a execução e fiscalização do cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. É assegurada aos agentes da fiscalização garantia de livre acesso aos locais onde se fabricam, armazenam, acondicionam ou

vendam fios, tecidos, confecções e outros produtos têxteis."

Por estatísticas, publicadas pelo Instituto Internacional do Algodão, após a aplicação desta lei, — que obrigava a especificar a quantidade de fibra contida nos tecidos e nos produtos têxteis, e sua composição — em certos países houve aumento de 15 a 20% no consumo da fibra natural, notadamente da lã e do algodão. O Brasil chegou a exportar, no ano passado, cerca de 400 milhões de dólares em tecidos, roupas feitas e fios, e tudo isto sem indicação da quantidade de fibra. Ora, somente para o Instituto Internacional do Algodão, de que o Brasil participa, contribuímos com o equivalente a um dólar por fardo exportado e até mais, sendo que só no ano passado totalizamos quase um milhão de dólares para propaganda na Europa Ocidental e no Japão, regiões consideradas não produtoras de algodão, e ampliamos aquele mercado, que é dos mais ávidos compradores do produto.

O Instituto Internacional do Algodão, cujo presidente, no momento, é brasileiro, tem prestado serviços muito expressivos no setor da propaganda e da promoção de novos usos e de maior emprego dos tecidos de algodão. Ora, como se explica que continuamos pagando até 1 milhão de dólares para fazer propaganda do nosso tecido de algodão na Europa e no Japão, quando o produto exportado não temos a marcação das fibras que o compõem, o que deve ser feita, de acordo com a lei, para que o comprador estrangeiro, que é exigente, saiba qual a proporção de algodão que contém o tecido brasileiro exportado? Também no mercado interno é necessário cumprir a exigência legal, porque podemos ter um tecido feito com mistura de fio sintético e de fibra natural, cuja propaganda é feita como se fosse puramente sintético, quando as qualidades do algodão influem de forma decisiva para que o tecido tenha boas características e boa aceitação.

Então, esta lei é, na realidade, de interesse nacional, pois visa a proteger o nosso produto e incentivar maior consumo de algodão, de lã e de outras fibras naturais. Entretanto, os que fabricam fibras artificiais importam, inclusive, fios e materiais sintéticos para produzir tecidos internamente aqui no País.

Para que V. Ex.^{as} tenham uma idéia, basta dizer que as indústrias que trabalham com fibras artificiais dispõem de uma verba de mais de 200 milhões de dólares, gastos anualmente na propaganda desses produtos. Enquanto, em relação ao algodão, por exemplo, só existe no mundo esse instituto com um gasto de mais ou menos 3 a 4 milhões de dólares, os produtores de lã despendem uns 20 milhões de dólares, na propaganda mundial do produto. Ora, quem gasta 200 milhões de dólares em propaganda, é claro que vai tomando conta dos mercados, e o comprador não tem condições de identificar de que se compõem o tecido aumentando deste modo, cada vez mais, a concorrência da fibra artificial contra a fibra natural.

Esta lei garante a identificação, exigindo, em todos os produtos que utilizam fibras, a marcação do tipo de fibra e a porcentagem que está sendo usada. Muitos compradores são exigentes e preferem o algodão e a lã naturais. Em países da Europa e no Japão essa indicação trouxe um aumento efetivo de 20% no consumo do produto. Os compradores da Alemanha, da França e da Áustria, por exemplo, examinam o tecido, não compram qualquer coisa, levados pela propaganda ou pela cor, querem saber do que se compõe. O algodão, como o linho, é bom para a saúde. Já o sintético, não. Por exemplo, nos hospitais, as